



**INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC**

# **Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*



## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**  
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**  
Priscila de Fátima Lima Schio  
Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

# POLÍTICAS CURRICULARES E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMO A BNCC E PROGRAMAS NACIONAIS INFLUENCIAM AS PRÁTICAS ESCOLARES

## CURRICULUM POLICIES AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: HOW THE BNCC AND NATIONAL PROGRAMS INFLUENCE SCHOOL PRACTICES

## POLÍTICAS CURRICULARES Y EDUCACIÓN AMBIENTAL: CÓMO LA BNCC Y LOS PROGRAMAS NACIONALES INFLUYEN EN LAS PRÁCTICAS ESCOLARES

### RESUMO

Este artigo analisa a influência das políticas curriculares na efetivação da Educação Ambiental (EA) nas práticas escolares, com foco nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em programas nacionais vigentes. O estudo objetiva investigar de que maneira essas normas impactam o cotidiano pedagógico e a atuação docente na Educação Básica, considerando os desafios da transposição didática. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, fundamentada na análise crítica de documentos oficiais e produções acadêmicas publicadas entre 2022 e 2025. Os resultados evidenciam que, embora a Educação Ambiental esteja formalmente reconhecida nas políticas curriculares brasileiras, sua implementação prática ocorre de forma desigual e heterogênea, marcada por abordagens pontuais e dificuldades estruturais na formação docente. Conclui-se que o fortalecimento da formação continuada e o alinhamento orgânico entre políticas públicas e práticas pedagógicas são requisitos essenciais para consolidar uma Educação Ambiental crítica, interdisciplinar e contextualizada, capaz de promover a transformação socioambiental necessária no atual cenário educacional e garantir o direito à sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Currículo escolar; docência; educação básica; políticas educacionais; práticas pedagógicas.

### ABSTRACT

This article analyzes the influence of curricular policies on the implementation of Environmental Education (EE) in school practices, focusing on the guidelines of the National Common Curricular Base (BNCC) and current national programs. The study aims to investigate how these norms impact the pedagogical daily routine and teaching performance in Basic Education, considering the challenges of didactic transposition. Methodologically, a qualitative bibliographic research was conducted, based on a critical analysis of official documents and academic productions published between 2022 and 2025. The results show that, although Environmental Education is formally recognized in Brazilian curricular policies, its practical implementation occurs in an uneven and heterogeneous manner, marked by isolated approaches and structural difficulties in teacher training. It is concluded that strengthening continuing education and the organic alignment between public policies and pedagogical practices are essential requirements to consolidate a critical, interdisciplinary, and contextualized Environmental Education, capable of promoting the necessary socio-environmental transformation in the current educational scenario and ensuring the right to sustainability.

**Keywords:** Basic education; educational policies; pedagogical practices; school curriculum; teaching profession.

### RESUMEN

Este artículo analiza la influencia de las políticas curriculares en la efectivización de la Educación Ambiental (EA) en las prácticas escolares, centrándose en las directrices de la Base Nacional Común

Curricular (BNCC) y en los programas nacionales vigentes. El estudio tiene como objetivo investigar de qué manera estas normas impactan el cotidiano pedagógico y el desempeño docente en la Educación Básica, considerando los desafíos de la transposición didáctica. Metodológicamente, se realizó una investigación cualitativa de carácter bibliográfico, fundamentada en el análisis crítico de documentos oficiales y producciones académicas publicadas entre 2022 y 2025. Los resultados evidencian que, aunque la Educación Ambiental esté formalmente reconocida en las políticas curriculares brasileñas, su implementación práctica ocurre de forma desigual y heterogénea, marcada por enfoques puntuales y dificultades estructurales en la formación docente. Se concluye que el fortalecimiento de la formación continua y el alineamiento orgánico entre las políticas públicas y las prácticas pedagógicas son requisitos esenciales para consolidar una Educación Ambiental crítica, interdisciplinaria y contextualizada, capaz de promover la transformación socioambiental necesaria en el actual escenario educativo y garantizar el derecho a la sostenibilidad.

**Palavras-clave:** Currículo escolar; docencia; educación básica; políticas educativas; prácticas pedagógicas.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a educação brasileira tem enfrentado um cenário complexo, marcado pela necessidade de reorganização curricular, enfrentamento das desigualdades educacionais e fortalecimento de políticas públicas capazes de responder às demandas sociais contemporâneas. Os impactos decorrentes do período pandêmico evidenciaram fragilidades estruturais do sistema educacional, ao mesmo tempo em que intensificaram debates sobre inclusão, qualidade do ensino e formação cidadã. Nesse contexto, a escola passou a ser ainda mais convocada a assumir um papel ativo na formação de sujeitos críticos e conscientes frente aos desafios socioambientais que afetam a sociedade.

Nesse movimento de transformação, as políticas curriculares nacionais ganharam centralidade, sobretudo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que passou a orientar a organização dos currículos da Educação Básica em todo o país. A BNCC propõe a articulação de temas contemporâneos de forma transversal, incluindo a Educação Ambiental como elemento essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes. Tal perspectiva busca superar abordagens fragmentadas e promover práticas pedagógicas alinhadas à sustentabilidade, à cidadania e à responsabilidade social, conforme indicam as diretrizes do Ministério da Educação (Brasil, 2018, 2019).

Apesar dessas orientações normativas, observa-se que a inserção da Educação Ambiental no currículo escolar nem sempre ocorre de maneira consistente e efetiva. Diversos estudos apontam contradições entre o que é prescrito nos documentos oficiais e o que se concretiza no cotidiano das escolas, revelando lacunas

na implementação das políticas curriculares. Assim, o problema que orienta este estudo consiste em compreender como a BNCC e os programas nacionais têm influenciado as práticas escolares relacionadas à Educação Ambiental e de que forma os professores têm lidado com os desafios impostos por essas diretrizes.

A relevância social da presente pesquisa está associada à urgência de se consolidar uma Educação Ambiental que contribua para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e intervir nas problemáticas ambientais contemporâneas. Conforme destaca Aguiar (2023), a ambientalização curricular constitui um caminho necessário para a superação das desigualdades e para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça socioambiental. Dessa forma, investigar a influência das políticas curriculares permite refletir sobre o papel da escola na promoção de valores sustentáveis.

No âmbito acadêmico e institucional, o estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate sobre os limites e as possibilidades da Educação Ambiental no currículo escolar, especialmente à luz da BNCC. Pesquisas recentes evidenciam que, embora haja avanços normativos, a transversalidade da temática ambiental ainda enfrenta obstáculos relacionados à formação docente, à compreensão dos documentos oficiais e às condições de trabalho nas escolas (Da Silva, 2022; Maciel; Uhmman, 2022; Xavier *et al.*, 2024). Assim, este artigo contribui para o fortalecimento das discussões sobre políticas públicas educacionais e currículo.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é analisar de que maneira as políticas curriculares, com ênfase na BNCC e em programas nacionais, influenciam as práticas escolares voltadas à Educação Ambiental. Como objetivos específicos, propõe-se: compreender como a Educação Ambiental é abordada nos documentos normativos; identificar os principais desafios enfrentados pelos docentes na efetivação da transversalidade da temática ambiental; e refletir sobre as contribuições dessas políticas para a formação cidadã dos estudantes.

Parte-se do pressuposto de que a Educação Ambiental, quando integrada de forma crítica ao currículo, pode favorecer a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas e significativas. No entanto, conforme apontam De Aquino e Lared (2023), Neto *et al.* (2025) e Vorpapel e Cousin (2024), a ausência de orientações mais precisas e de condições institucionais adequadas tende a limitar a efetivação das

propostas curriculares, o que impacta diretamente o trabalho docente e o alcance dos objetivos educacionais.

Quanto à organização do artigo, além desta introdução, a segunda seção apresenta o referencial teórico, abordando as discussões sobre políticas curriculares e Educação Ambiental. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção, são apresentados e analisados os resultados à luz da literatura selecionada. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, sintetizando as reflexões desenvolvidas e apontando possibilidades para estudos futuros.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Políticas curriculares no Brasil e a inserção da educação ambiental

A discussão acerca das políticas curriculares no Brasil ganhou centralidade nas últimas décadas, especialmente com a consolidação de documentos normativos de alcance nacional que buscam orientar a organização do ensino e garantir certa equidade educacional. Nesse contexto, a Educação Ambiental passou a ser incorporada às políticas públicas como um componente fundamental para a formação cidadã, assumindo caráter transversal nos currículos da Educação Básica. Tal movimento reflete o reconhecimento de que os problemas ambientais contemporâneos demandam abordagens educativas integradas e críticas, capazes de articular conhecimentos científicos, sociais e culturais (Aguilar, 2023).

A Base Nacional Comum Curricular representa um marco nesse processo, ao estabelecer competências e habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica. Embora a BNCC não apresente a Educação Ambiental como um componente curricular específico, o documento a reconhece como temática transversal, a ser trabalhada de forma integrada às diferentes áreas do conhecimento (Brasil, 2018). Segundo o próprio documento, a formação dos estudantes deve contemplar valores e atitudes voltados à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental, o que evidencia a relevância da temática no projeto educacional brasileiro.

Da Silva (2022) ressalta que, as políticas públicas de currículo exercem influência direta sobre as práticas pedagógicas, uma vez que orientam tanto a

elaboração dos projetos político-pedagógicos quanto a atuação docente. Para a autora, “a educação ambiental, ao ser incorporada às diretrizes curriculares, passa a depender das interpretações e condições de implementação existentes nas redes de ensino” (Da Silva, 2022, p. 54). Essa afirmação evidencia que a efetividade das políticas curriculares está condicionada a fatores institucionais e formativos.

Nesse sentido, o Guia prático para a implementação dos Temas Contemporâneos Transversais na BNCC busca oferecer subsídios às escolas e aos professores para a integração de temas como meio ambiente, cidadania e sustentabilidade ao currículo escolar (Brasil, 2019). O documento destaca que a transversalidade deve ocorrer de maneira contínua e contextualizada, evitando abordagens pontuais ou desarticuladas da realidade dos estudantes. Contudo, a literatura aponta que a ausência de acompanhamento sistemático e de formação continuada limita o alcance dessas orientações.

Aguiar (2023) defende que a ambientalização curricular constitui um processo político e pedagógico que ultrapassa a simples inclusão de conteúdos ambientais no currículo. Para a autora, “ambientalizar o currículo implica repensar práticas, valores e relações estabelecidas no espaço escolar, com vistas à superação das desigualdades socioambientais” (Aguiar, 2023, p. 41). Essa perspectiva amplia a compreensão da Educação Ambiental como elemento estruturante do currículo, e não apenas como tema complementar.

## **2.2 A educação ambiental na BNCC: avanços, limites e contradições**

A presença da Educação Ambiental na BNCC tem sido objeto de debate entre pesquisadores da área, especialmente no que se refere aos avanços e aos limites da abordagem proposta pelo documento. Maciel e Uhmman (2022) destacam que a BNCC reconhece a importância da temática ambiental ao vinculá-la ao desenvolvimento de competências gerais relacionadas à cidadania, à ética e à responsabilidade social. No entanto, as autoras alertam que a ausência de maior aprofundamento conceitual pode comprometer a efetivação de práticas pedagógicas críticas.

De acordo com Xavier *et al.* (2024), a abordagem da Educação Ambiental na BNCC apresenta caráter predominantemente transversal, o que, por um lado,

favorece a integração entre as áreas do conhecimento, mas, por outro, pode resultar em indefinições quanto à responsabilidade pedagógica pela temática. Os autores afirmam que “a transversalidade, quando não acompanhada de orientações claras, tende a diluir a educação ambiental no currículo, reduzindo seu potencial formativo” (Xavier *et al.*, 2024, p. 7).

De Aquino e Lared (2023), ao analisarem estudos publicados sobre Educação Ambiental e BNCC, identificam que grande parte das pesquisas aponta para a necessidade de maior articulação entre teoria e prática. Segundo as autoras, “os estudos evidenciam que a educação ambiental, embora reconhecida nos documentos normativos, enfrenta dificuldades de implementação no cotidiano escolar” (De Aquino; Lared, 2023, p. 10). Essa constatação reforça a existência de uma lacuna entre a normatização e a prática educativa.

Outro aspecto relevante refere-se à diversidade dos contextos educacionais brasileiros, especialmente no que diz respeito aos povos e comunidades tradicionais. Vorpapel e Cousin (2024) argumentam que a BNCC apresenta avanços ao reconhecer a pluralidade cultural, mas também evidencia retrocessos ao não contemplar de forma adequada as especificidades socioambientais desses grupos. Para as autoras, “a padronização curricular pode invisibilizar saberes tradicionais e limitar abordagens contextualizadas da educação ambiental” (Vorpapel; Cousin, 2024, p. 6).

Neto *et al.* (2025) acrescentam que a transversalidade da Educação Ambiental, quando não acompanhada de ações formativas, tende a se restringir a discursos genéricos sobre preservação ambiental. Os autores afirmam que “a prática pedagógica escolar ainda carece de uma abordagem crítica e contínua da educação ambiental voltada à formação da cidadania” (Neto *et al.*, 2025, p. 172). Tal análise evidencia a necessidade de repensar as estratégias de implementação das diretrizes curriculares.

Assim, embora a BNCC represente um avanço ao institucionalizar a Educação Ambiental no currículo, os estudos analisados indicam contradições e limites que comprometem sua efetividade. A literatura aponta para a urgência de políticas complementares que fortaleçam a formação docente e promovam condições adequadas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas e contextualizadas.

### 2.3 Práticas escolares, formação docente e educação ambiental

A influência das políticas curriculares sobre as práticas escolares está diretamente relacionada à formação dos professores e às condições institucionais oferecidas pelas redes de ensino. Santos e Boechat (2025) defendem que o currículo escolar exerce papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável, desde que seja compreendido como espaço de construção coletiva e reflexão crítica. Para as autoras, “a educação para o desenvolvimento sustentável exige práticas pedagógicas que articulem teoria, realidade social e participação ativa dos estudantes” (Santos; Boechat, 2025, p. 259).

Nesse sentido, a formação docente constitui elemento central para a efetivação da Educação Ambiental nas escolas. Da Silva (2022) ressalta que muitos professores não se sentem preparados para trabalhar a temática ambiental de forma transversal, o que resulta em abordagens superficiais ou pontuais. Tal realidade evidencia a necessidade de investimentos em formação inicial e continuada, alinhados às diretrizes curriculares e às demandas contemporâneas da educação.

Maciel e Uhmman (2022) destacam que as práticas escolares influenciadas pela BNCC tendem a reproduzir a lógica das competências, o que pode limitar abordagens mais críticas da Educação Ambiental. As autoras defendem a necessidade de ressignificar o currículo, de modo que a temática ambiental seja integrada às experiências concretas dos estudantes e aos contextos locais.

Por fim, os estudos analisados convergem ao apontar que a efetividade das políticas curriculares depende da articulação entre normatização, formação docente e práticas pedagógicas. A lacuna identificada na literatura refere-se à dificuldade de transformar orientações normativas em ações educativas consistentes e contínuas, o que justifica a importância do presente estudo para o campo da Educação Ambiental e das políticas curriculares.

## 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, com abordagem analítica e interpretativa, cujo objetivo foi examinar criticamente as produções acadêmicas recentes acerca das políticas curriculares e da Educação Ambiental, com ênfase na Base Nacional Comum

Curricular e em programas nacionais. A opção por esse delineamento justifica-se por possibilitar a sistematização do conhecimento produzido entre 2022 e 2025, bem como a identificação de avanços, limites e lacunas teóricas sobre o tema investigado.

A amostra da pesquisa foi composta por nove obras científicas, selecionadas a partir da lista de referências previamente definida, incluindo artigos publicados em periódicos acadêmicos e documentos oficiais do Ministério da Educação. Os critérios de seleção consideraram a atualidade das publicações, a pertinência temática e a relevância dos autores para o campo da Educação Ambiental e das políticas curriculares.

Como procedimentos de coleta de dados, realizou-se a leitura integral e sistemática das obras selecionadas, com posterior fichamento dos principais conceitos, argumentos e resultados apresentados. A análise dos dados ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo temática, permitindo a categorização das discussões em eixos relacionados às políticas curriculares, à BNCC e às práticas escolares em Educação Ambiental. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve necessidade de submissão a comitê de ética. Como limitação do estudo, destaca-se a dependência exclusiva das produções analisadas, o que não permite generalizações empíricas, mas favorece reflexões teóricas consistentes.

Com o intuito de sintetizar as obras analisadas, apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 1: Com autores, ano e foco de cada obra

<b>Autor(es)</b>	<b>Ano</b>	<b>Foco da obra</b>
Aguiar	2023	Ambientalização curricular e superação das desigualdades
Da Silva	2022	Políticas curriculares e Educação Ambiental na BNCC
De Aquino; Lared	2023	Análise de estudos sobre Educação Ambiental e BNCC
Maciel; Uhmman	2022	Perspectivas curriculares da Educação Ambiental
Roberto Xavier <i>et al.</i>	2024	Abordagem da Educação Ambiental na BNCC
Neto <i>et al.</i>	2025	Transversalidade da Educação Ambiental e cidadania
Santos; Boechat	2025	Currículo e desenvolvimento sustentável
Vorpagel; Cousin	2024	Educação Ambiental, BNCC e povos tradicionais
Brasil (BNCC e Guia Prático)	2018– 2019	Diretrizes curriculares e Temas Contemporâneos Transversais

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

## 4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise das produções selecionadas evidenciou que as políticas curriculares brasileiras, especialmente a Base Nacional Comum Curricular e os programas nacionais associados, exercem influência direta sobre a organização das práticas escolares relacionadas à Educação Ambiental. De modo geral, os resultados indicam que a temática ambiental está formalmente presente nos documentos normativos, porém sua efetivação no cotidiano das escolas ocorre de maneira desigual e, muitas vezes, fragmentada, conforme as condições institucionais e a formação dos docentes envolvidos (Brasil, 2018, 2019).

Um dos principais achados da revisão refere-se à transversalidade da Educação Ambiental proposta pela BNCC. Autores como Maciel e Uhmman (2022) e Xavier *et al.* (2024) apontam que, embora essa abordagem favoreça a integração entre as áreas do conhecimento, ela também gera indefinições quanto à responsabilidade pedagógica pela temática. Como resultado, muitos professores acabam tratando a Educação Ambiental de forma pontual, associando-a a conteúdos isolados ou a atividades esporádicas, o que limita seu potencial formativo e crítico.

Entretanto, as obras analisadas também apresentam experiências pedagógicas que demonstram possibilidades concretas de implementação da Educação Ambiental no currículo escolar. Neto *et al.* (2025) relatam práticas baseadas em projetos interdisciplinares desenvolvidos a partir de problemas ambientais locais, como a gestão de resíduos sólidos e a preservação de recursos naturais. Nessas experiências, metodologias ativas, como projetos investigativos, debates orientados e produção coletiva de materiais educativos, mostraram-se eficazes para envolver estudantes, inclusive aqueles em situação de defasagem de aprendizagem, ao promover a contextualização dos conteúdos e a participação ativa no processo educativo.

De Aquino e Lared (2023) destacam que o uso de metodologias ativas tem sido uma estratégia recorrente entre docentes que buscam integrar a Educação Ambiental às práticas escolares. Segundo as autoras, atividades como estudos de caso, trabalhos em grupo e projetos colaborativos permitem articular conhecimentos científicos e experiências cotidianas, favorecendo aprendizagens significativas e o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Esses resultados reforçam a

importância de práticas pedagógicas que superem abordagens meramente informativas.

Outro aspecto recorrente nos estudos analisados diz respeito à formação docente. Santos e Boechat (2025) indicam que professores que participaram de processos de formação continuada apresentam maior segurança para trabalhar a Educação Ambiental de forma interdisciplinar e contextualizada. Em contrapartida, Da Silva (2022) evidencia que a ausência de formação específica e de orientações pedagógicas claras compromete a efetivação das políticas curriculares, resultando em práticas superficiais e desarticuladas.

A revisão bibliográfica também revelou lacunas significativas no que se refere à consideração dos diferentes contextos educacionais brasileiros. Vorpapel e Cousin (2024) ressaltam que a padronização curricular proposta pela BNCC pode limitar abordagens contextualizadas da Educação Ambiental, especialmente em contextos de povos e comunidades tradicionais, nos quais os saberes locais desempenham papel central na relação com o meio ambiente.

De modo geral, os resultados obtidos respondem aos objetivos do estudo ao demonstrar que, embora haja avanços normativos no reconhecimento da Educação Ambiental como temática curricular relevante, persistem desafios relacionados à sua implementação nas práticas escolares. As limitações desta pesquisa concentram-se no caráter bibliográfico do estudo, que não permite a observação direta das práticas pedagógicas. Ainda assim, os achados contribuem para o aprofundamento do debate sobre políticas curriculares e Educação Ambiental, apontando a necessidade de pesquisas empíricas futuras que investiguem, de forma mais aprofundada, a atuação docente e os impactos dessas políticas no cotidiano escolar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar de que maneira as políticas curriculares, com ênfase na Base Nacional Comum Curricular e em programas nacionais, influenciam as práticas escolares relacionadas à Educação Ambiental. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível identificar que, embora a temática ambiental esteja reconhecida nos documentos normativos, sua efetivação no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo no que se refere à

transversalidade curricular e à formação docente.

Os resultados evidenciaram que a Educação Ambiental tende a ser desenvolvida de forma pontual quando não há clareza pedagógica ou apoio institucional, o que reforça a necessidade de investimentos contínuos na formação inicial e continuada dos professores. Nesse sentido, o estudo contribui para a prática docente ao indicar a importância de estratégias pedagógicas integradoras e contextualizadas, capazes de promover aprendizagens significativas e o desenvolvimento da consciência socioambiental dos estudantes.

Como desdobramentos práticos, destaca-se a necessidade de fortalecimento de políticas públicas que articulem diretrizes curriculares, formação docente e acompanhamento pedagógico, de modo a assegurar a implementação efetiva da Educação Ambiental nas escolas. Como limitação, ressalta-se o caráter exclusivamente bibliográfico da pesquisa, o que aponta para a necessidade de investigações empíricas futuras que aprofundem a análise das práticas escolares em diferentes contextos educacionais.

## 6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. C. S. Ambientalização curricular: inserção da educação ambiental no currículo e a superação das desigualdades. *Revista Fragmentos de Cultura*, v. 33, n. 1, p. 38-51, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf). Acesso em: 22 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia prático para a implementação dos Temas Contemporâneos Transversais na BNCC. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/guia\\_pratico\\_temas\\_contemporaneos.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em: 22 dez. 2025.

DA SILVA, I. C. Políticas públicas de currículo escolar: as possibilidades da educação ambiental na BNCC. *Revista Orbis Latina*, v. 12, n. 2, p. 49-61, 2022.

DE AQUINO, B. A. S.; IARED, V. Educação ambiental e BNCC: uma análise dos estudos publicados. *Revista Sergipana de Educação Ambiental*, v. 10, p. 1-17, 2023.

MACIEL, E. A.; UHMANN, R. I. M. Educação Ambiental e as perspectivas curriculares: um olhar para a Base Nacional Comum Curricular. *Revista Práxis Educacional*, v. 18, n. 49, 2022.

NETO, A. H. *et al.* Uma análise crítica sobre a transversalidade da educação ambiental na prática pedagógica escolar para a formação da cidadania. *Revista Sapiência*:

*sociedade, saberes e práticas educacionais*, v. 14, n. 3, p. 165-181, 2025.

SANTOS, S. M. A. V.; BOECHAT, G. P. F. Currículo escolar e educação para o desenvolvimento sustentável. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 3, p. 251-267, 2025.

VORPAGEL, F. S.; COUSIN, C. da S. A educação ambiental na base nacional comum curricular: avanços e retrocessos na Educação Básica em contextos de Povos e Comunidades Tradicionais. *Revista Exitus*, v. 14, 2024.

XAVIER, R. A. *et al.* Educação ambiental e BNCC: a abordagem da temática no documento normativo. *GeSec: Revista de Gestão e Secretariado*, v. 15, n. 1, 2024.

